



Política de Investimento Pessoal

Março 2023



Apresentação

Esta Política de Investimento Pessoal (“Política”) tem como objetivo esclarecer as regras e os procedimentos que devem ser seguidos tanto pela Ibiuna Crédito Gestão de Recursos Ltda. (“Ibiuna Crédito”) quanto por seus diretores, sócios, empregados e estagiários (“Colaboradores” e, no singular, “Colaborador”), a fim de evitar possíveis situações de conflito de interesse e o uso inadequado de informações.

A presente Política contém uma descrição sobre a proibição de negociações baseadas em informações privilegiadas (*insider trading*) e a proteção das informações confidenciais da Ibiuna Crédito. É dever de todo Colaborador conhecer e fazer cumprir, as regras e condições para realizar seus investimentos pessoais. Em caso de dúvidas acerca das condições determinadas na presente Política, a área de *Compliance* deve ser acionada.

Comitê de Riscos e *Compliance*



Responsabilidades do Colaborador

No cumprimento de suas atividades, os Colaboradores da Ibiuna Crédito podem ser expostos a situações e receber informações consideradas confidenciais, sendo assim, é esperado que todo Colaborador atue de forma diligente em relação aos seus investimentos pessoais.

O Colaborador deve agir de forma a preservar os interesses dos clientes da Ibiuna Crédito, bem como do mercado em geral, para, dessa forma, zelar pela sua imagem e pela imagem da Ibiuna Crédito.

O Colaborador não deve utilizar informações privilegiadas para negociar, comprar ou vender ativos financeiros, e com isso obter vantagens indevidas.

O Colaborador não deve agir de forma a infringir qualquer legislação e regulamentação vigente ou se contrapor ao dever fiduciário que a Ibiuna Crédito tem para com os cotistas dos fundos geridos.

Neste sentido, para declarar o seu conhecimento às normas impostas no que tange a investimentos pessoais, todo Colaborador deve assinar o Termo de Compromisso, conforme Anexo I a esta Política.

Proibições Expressas

Insider Trading

O termo *insider trading* geralmente é usado para referir-se:

- (i) ao uso de informações privilegiadas para negociar valores mobiliários e obter benefícios que não teria, caso não possuísse a informação; e
- (ii) à divulgação de informações confidenciais e relevantes a pessoas não autorizadas, com o propósito de beneficiá-las em negociações de valores mobiliários.

Informações privilegiadas: Informações são consideradas privilegiadas, se forem consideradas importantes para um investidor razoável tomar decisões de investimento, e não estiverem disponíveis ou não puderem ser acessadas pelo público em geral.



Operações baseadas em informações privilegiadas, seja através de uma conta pessoal do Colaborador, ou em nome da Ibiuna Crédito ou dos fundos geridos por ela, são expressamente proibidas.

A prática de qualquer ato em violação aos termos estabelecidos nesta Política pode sujeitar o infrator à responsabilidade civil e criminal, por força de lei.

O artigo 27-D da Lei nº 6.385/1976 tipifica como crime a utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, a qual seja capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação de valores mobiliários, em seu nome ou de terceiros. O agente que venha a ter tal informação deve manter sigilo. As penalidades previstas para esse crime são tanto a pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, bem como multa de 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

Além de sanções de natureza criminal, qualquer violação da legislação vigente e, portanto, desta Política, poderá, ainda, sujeitar o infrator a processos de cunho civil e administrativo, bem como à imposição de penalidades nesse âmbito, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e a Resolução nº 44/2021 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Incorre na mesma pena quem repassa informação sigilosa relativa a fato relevante a que tenha tido acesso em razão de cargo ou posição que ocupe.

De acordo com a lei, é também vedado:

- realizar operações feitas por um *insider* com base em informações privadas relevantes;
- realizar operações feitas por um não-*insider* com base em informações privadas relevantes, em que essas informações tenham sido divulgadas ao não-*insider* em descumprimento à obrigação de manter a confidencialidade destas, ou tenham sido obtidas de maneira indevida pelo não-*insider* ou pela parte divulgadora; e
- a divulgação de informações privadas relevantes a pessoas não autorizadas.

Front Running

Muito parecido com a prática de *insider trading*, essa é uma situação que também ocorre quando uma pessoa utiliza de informações ainda não divulgadas publicamente,

e por isso privilegiadas, sobre algum acontecimento que está para ocorrer e afetará a bolsa ou o mercado de forma geral. Consiste em realizar operações antecipadamente aos futuros acontecimentos no mercado. Assim como o *insider trading*, o *front running* é uma prática proibida aos Colaboradores da Ibiuna Crédito.

Manipulação de Mercado

São expressamente proibidas quaisquer operações pelos Colaboradores em suas contas pessoais ou nas contas em nome dos fundos sob gestão da Ibiuna Crédito, que sejam simuladas ou executem manobras fraudulentas destinadas a elevar, manter ou baixar a cotação, o preço ou o volume negociado de um valor mobiliário, com o fim de obter vantagem indevida ou lucro, para si ou para outrem, ou causar danos a terceiros.

O artigo 27-C da Lei nº 6.385/1976 tipifica como crime a manipulação de mercado, trazendo, ainda, como sanções a pena de reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa de até 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

Além de sanções de natureza criminal, qualquer violação da legislação vigente e, portanto, desta Política, poderá, ainda, sujeitar o infrator a processos de cunho civil e administrativo, bem como à imposição de penalidades nesse âmbito, em consonância com a Resolução CVM nº 62/2022.

Sem prejuízo de outras modalidades de manipulação de mercado e a título exemplificativo, seguem duas práticas expressamente proibidas nos investimentos dos Colaboradores em suas contas pessoais ou em nome dos fundos geridos pela Ibiuna Crédito:

i. Spoofing

O *Spoofing* é a prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários realizada através da inserção de ordens artificiais de compra e venda fora do padrão do livro de ofertas, com o objetivo de influenciar o comportamento dos demais investidores em um determinado lado do livro, de modo a, no lado oposto do livro, obter vantagem econômica através da compra ou venda do valor mobiliário pelo valor manipulado.

Após a obtenção de vantagem econômica, o manipulador cancela ou altera a oferta fora do padrão realizada. Trata-se de verdadeiro ato simulado, no qual a ordem realizada não se destina a ser executada.

ii. Layering

O *Layering* é a prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários realizada através da inserção de ordens, em camada, de compra ou venda, de modo a influenciar os demais investidores a realizarem ofertas no livro manipulado, para, ao fim, o manipulador realizar negócio no lado oposto no livro. Nessa modalidade, há a inserção de ofertas de compra e/ou de venda de um valor mobiliário, em conluio com outra(s) pessoa(s) ou não, por preços e volumes diferentes, em intervalos reduzidos de tempo e com altas taxas de cancelamento, visando alterar as condições de demanda, oferta ou preço do valor mobiliário.

Regras para Investimentos Pessoais

Adicionalmente, os Colaboradores da Ibiuna Crédito devem considerar as seguintes regras para realização dos seus investimentos pessoais:

Público Alvo e Abrangência

As regras de investimentos pessoais constantes desta Política são aplicáveis aos Colaboradores, seus cônjuges e dependentes financeiros (“Público Alvo”).

Ativos Permitidos

- CDBs;
- Ativos de crédito com liquidez diária;
- Fundos de investimento regulados pela CVM, exceto cotas de fundos de investimento negociados em bolsa; e
- Poupança.

Ativos sujeitos a *holding period* de 90 dias*

- Ações e IPOs (emitidos no Brasil ou exterior);
- Ativos de crédito, exceto ativos de crédito com liquidez diária, (emitidos no Brasil ou exterior);
- Derivativos de câmbio, exclusivamente para *hedge* do patrimônio financeiro do Colaborador, cônjuge e dependentes financeiros;

- *ETFs*;
- Fundos de investimento negociados em bolsa (ex.: fundos de investimento imobiliários, fundos de investimento em infraestrutura, fundos de investimento em Agronegócio, dentre outros); e
- Títulos públicos (emitidos no Brasil ou exterior).

***Obs.:** Em caráter excepcional, o Comitê de Riscos e *Compliance* poderá analisar solicitações e autorizar a redução do *holding period*. Para isso, o Colaborador deverá apresentar em sua solicitação uma justificativa que embase seu pedido.

Ativos Restritos

- *Day Trade*;
- Outros derivativos que não os de câmbio para proteção do patrimônio financeiro; e
- Demais ativos financeiros que não foram expressamente mencionados anteriormente.

Reporte

Exceto os Ativos Permitidos, todas as demais operações devem ser reportadas através do e-mail: compliance@ibiunainvest.com.br

Periodicamente, a equipe de *Compliance* poderá solicitar os extratos de posição e movimentação dos investimentos pessoais do Público Alvo.

Em caso de dúvidas em relação às normas estabelecidas nesta Política, o Colaborador deverá contatar a área de *Compliance*.

Monitoramento

Todas as operações que não se enquadrarem nos Ativos Permitidos, relacionados acima, devem ser reportadas

O Público Alvo deverá reportar quaisquer investimentos, adquiridos anteriormente à emissão desta Política ou à admissão do Colaborador na Ibiuna Crédito, que estejam desenquadrados aos requisitos aqui estabelecidos. O Comitê de Riscos e *Compliance* deverá analisar, então, as medidas cabíveis no caso a caso.



Visando garantir o monitoramento das regras estabelecidas e o cumprimento das obrigações legais e regulatórias, fica reservado à Ibiuna Crédito o direito de consultar as informações sobre os investimentos pessoais do Público Alvo, mencionado nesta Política, diretamente com as instituições que atuam como bolsa de valores, bolsa de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado, além de entidades externas de regulação e autorregulação de mercado. Ao ter acesso às informações de negociação pessoal dos Colaboradores, a Ibiuna Crédito se compromete a cumprir toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), e conferir o adequado tratamento aos dados e informações obtidos.

Sanções

As penalidades aplicáveis ao Colaborador que descumprir as normas estabelecidas nesta Política serão definidas pelo Comitê de Riscos e *Compliance*, nos termos do Código de Ética e Conduta da Ibiuna Crédito, sem prejuízo de outras penalidades de cunho administrativo, civil e criminal, que possam eventualmente ser impostas pelas autoridades competentes.

Regras para Investimentos da Ibiuna Crédito

A Ibiuna Crédito não realiza investimentos em ativos que possam configurar conflito de interesses com os cotistas dos fundos geridos. De forma conservadora, para gestão de caixa, a Gestora opta por investimentos em ativos líquidos e de renda fixa, como CDBs e títulos de renda fixa.

Disposições Gerais

Em cumprimento ao art. 16, V, da Resolução CVM n.º 21/2021, a presente Política está disponível no endereço eletrônico da Ibiuna Crédito na internet.

Vigência e Atualização

Versão 6 – março de 2023.

Essa Política será revisada, no mínimo, anualmente. A revisão será conduzida pelo Diretor de Risco e *Compliance*.



Anexo I - Termo de Compromisso com a Política de Investimento Pessoal

1. Eu,,
declaro para os devidos fins:
2. Ter observado integralmente a Política de Investimento Pessoal da Ibiuna Crédito (“Política”), de forma que todos os investimentos por mim detidos, ou detidos por meu cônjuge e/ou dependentes financeiros, estão plenamente de acordo com a Política, não caracterizando quaisquer infrações ou conflitos de interesse, nos termos do referido documento.
3. Tenho ciência do teor da Política e declaro estar de acordo. Os procedimentos descritos na Política serão parte de minhas obrigações como Colaborador, acrescentando às outras normas de comportamento estabelecidas no conjunto de políticas e manuais de *compliance* adotados pela Ibiuna Crédito.
4. Tenho ciência de que o não cumprimento desta Política, a partir desta data, implicará na caracterização de falta grave, podendo ser passível da aplicação das sanções cabíveis, inclusive desligamento por justa causa.
5. Tenho ciência de que a Ibiuna Crédito poderá ter acesso às informações de transações e investimentos pessoais que eu, meu cônjuge e/ou dependentes financeiros realizarmos no âmbito das instituições que atuam como bolsa de valores, bolsa de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado, além de entidades externas de regulação e autorregulação de mercado, pelo período que estiver atuando como Colaborador da Ibiuna Crédito e, neste ato, declaro meu expresso consentimento com a obtenção dessas informações pela Ibiuna Crédito, para fins de cumprimento das obrigações legais e regulatórias aplicáveis.
6. As normas estipuladas nesta Política não invalidam nenhuma outra disposição mencionada pela Ibiuna Crédito, mas servem de complemento e esclarecem como lidar em determinadas situações relacionadas à minha atividade profissional.



7. A presente declaração faz parte das políticas adotadas pela Ibiuna Crédito em estrito cumprimento ao disposto no inciso V do artigo 16 da Resolução CVM n.º 21 de 25.02.21.

São Paulo, ____ de _____ de 20____.

[COLABORADOR]